

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO Dr. LEÃO SAMPAIO
NÚCLEO DE PÓS – GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCENCIA NO ENSINO SUPERIOR

NATANAEL MARCOLINO DE BRITO

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NO ENSINO SUPERIOR: O processo de
ensino – aprendizagem para uma intervenção crítica no Estado
capitalista**

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2022

NATANAEL MARCOLINO DE BRITO

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NO ENSINO SUPERIOR: O processo de ensino –
aprendizagem para uma intervenção crítica no Estado capitalista**

Artigo apresentado á Coordenação do curso de especialização em Docencia no Ensino Superior do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Docencia no Ensino Superior.

Orientador (a): Cecília Bezerra Leite

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2022

NATANAEL MARCOLINO DE BRITO

GESTÃO DEMOCRÁTICA NO ENSINO SUPERIOR: O processo de ensino –
aprendizagem para uma intervenção crítica no Estado capitalista

Artigo apresentado á Coordenação do curso de especialização em Docencia no Ensino Superior do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Docencia no Ensino Superior.

APROVADA EM: 06/03/2023

BANCA EXAMINADORA

Professor (a) Me. Cecília Bezerra Leite

Professor Esp. Cristovao Maia Filho

Professor Esp. Francisco Daniel Coelho Viana

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2022

Dedico este artigo aos docentes das universidades e faculdades de todo o Brasil. Principalmente aos professores do curso de Serviço Social que diariamente travam uma batalha cotidiana no enfrentamento ao sistema capitalista opressor.

AGRADECIMENTOS

Sempre segui a linha de pesquisa na formação do trabalho profissional e sempre me dediquei a estudá-la e analisá-la pela vertente marxista. Agradeço a Deus, pelas forças que sempre busquei e pelos caminhos mostrados no decorrer dessa trajetória.

Agradeço a meus pais Liduina Marcolino dos Santos Brito e José Ivanildo de Brito, que me deram o maior presente que um dia poderia receber: minha graduação, e hoje concluo minha segunda especialização. Obrigado por sempre confiarem em mim e nunca pensarem duas vezes em investir no meu futuro profissional. Obrigado pela confiança, vocês são meus exemplos de vida. A meus avós maternos Alzenir Marcolino e Manoel Dezidério e meus avós paternos Hosana Paz (*In memoriam*) e João Branco (*In memoriam*), pelas orações, pelas experiências, pelos ensinamentos e pelos exemplos, muito obrigado, vocês são meus exemplos de experiência. Ao meu irmão Vinicius, que me dá a responsabilidade de ser seu exemplo causando uma força para a dedicação aos estudos. A única herança verdadeira que é deixada pelos meus pais. Ao meu esposo Cassiano, companheiro de todas as horas e braço forte em cada conquista que tenho.

Ao assistente social Francisco Sandoval de Sá Barreto, meu terceiro pai. Este por sua vez, faz parte da minha constante formação profissional, da minha constante luta e da minha constante evolução profissional. A uma colega de trabalho Elicabeth Feitosa, também assistente social e uma profissional de ética impecável, a qual aprendo todos os dias como ser um grande profissional. Aos meus professores da especialização, pelos ensinamentos, pelas ideias, por me fazer enxergar a realidade que está atrás dos muros da universidade, muito obrigado. Seria um tanto erro, não citar Carlos Saraiva e Cristiane Saraiva, que tanto apoio me deram em momentos cruciais de minha vida, importantes e essenciais, a vocês agradeço de todo o coração. Dedico aos meus colegas de trabalho, da Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres e Direitos Humanos do município de Barbalha, em especial a minha equipe de trabalho tão forte e perseverante, nas pessoas de Isabel, Kelly, Lindicássia e Sabrina. A todos, que diretamente ou indiretamente fizeram parte de tudo isso, tenho apenas uma garantia a dizer: VOCÊS FAZEM PARTE DA MINHA HISTÓRIA!

Que a universidade se pinte de povo!

Ernesto Che Guevara na Universidade de Las Villas, em Cuba, em 28 de dezembro de 1959

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo promover uma discussão, acerca da influência do capitalismo no ensino superior do Brasil, tendo como objeto de estudo os métodos de gestão democrática. Este trabalho apresenta a fundamentação teórico – metodológica de ensino no Brasil, através da influência da autocracia burguesa até a ofensiva neoliberal. Também, apresenta – se a necessidade e formas de gestão democrática. Por fim, apresenta – se como (re)implantar a intervenção crítica dentro do ensino superior. Dessa forma, busca – se demonstrar que o ensino superior necessita de uma gestão democrática e de um ensino crítico – dialético e como desmembrar o conservadorismo burguês que se alastra pelo ensino desde o início do ensino superior no Brasil. Como metodologia foi utilizado autores clássicos da educação e do Serviço Social. A pesquisa se deu através de uma análise bibliográfica. Teve como resultado a necessidade de fortalecer as bases de extensão como uma grande metodologia de ensino.

Palavras – chaves: Gestão democrática; Ensino superior; Formação profissional.

ABSTRACT

This work aims to promote a discussion about the influence of capitalism on higher education in Brazil, having democratic management methods as its object of study. This work presents the theoretical - methodological foundation of teaching in Brazil, through the influence of bourgeois autocracy until the neoliberal offensive. Also, the need and forms of democratic management are presented. Finally, it presents how to (re)implant critical intervention within higher education. In this way, it seeks to demonstrate that higher education needs democratic management and critical teaching - dialectic and how to dismember the bourgeois conservatism that spreads through teaching since the beginning of higher education in Brazil. As a methodology, classical authors of education and social work were used. The research was carried out through a bibliographical analysis. It resulted in the need to strengthen the bases of extension as a great teaching methodology.

Keywords: Democratic management; University education; Professional qualification.

LISTA DE SIGLAS

MEC	Ministério da Educação
EC	Emenda Constitucional
NRF	Novo Regime Fiscal
MPU	Ministério Público Federal
DPU	Defensoria Pública Federal
ADCT	Atos das Disposições Constitucionais Transitórias
PLOA	Projeto de Lei do Congresso Nacional
LDO	Lei das Diretrizes Orçamentárias

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. A CHEGADA DO ENSINO SUPERIOR AO BRASIL E OS IMPACTOS NA FORMAÇÃO CRÍTICA DOS PROFISSIONAIS	15
2.1. O SISTEMA AUTOCRÁTICO E O DESENVOLVIMENTO NO ENSINO SUPERIOR DO BRASIL.....	15
2.2. O ENQUADRAMENTO DA POLITICA EDUCACIONAL AOS DITOS BURGUESES E A DISSOLUÇÃO DO CICLO AUTOCRATICO NA EDUCAÇÃO.....	17
3. AS REFORMAS NEOLIBERAIS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO	18
3.1. PEDRA SOBRE PEDRA: OFENSIVA NEOLIBERAL NA UNIVERSIDADE PÚBLICA E A RESISTENCIA DOS MOVIMENTOS.....	20
4. A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A EMANCIPAÇÃO HUMANA: Aparatos para intervenção crítica.....	23
4.1. A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E OS DESAFIOS DA GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA.....	24
4.1.1. OS DESAFIOS DA GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA	25
5. A (RE) IMPLANTAÇÃO DA INTERVENÇÃO CRÍTICA NO ENSINO – APRENDIZAGEM.....	26
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
7. REFERÊNCIAS	30

1. INTRODUÇÃO

No presente artigo, pretende – se promover uma discussão, acerca das concepções de classes e Estado no desenvolvimento do ensino superior no país, e quais são as relações com a forma como ocorreu a formação da burguesia no Brasil, e seus traços conservadores dentro do âmbito do ensino superior. Essa reflexão teve início pela observação da reinstalação do conservadorismo nos últimos governos perante o Ministério da Educação – MEC. Abordar essa temática é um exercício necessário, não apenas porque envolve um processo reflexivo, mas também por que proporciona uma contribuição para a compreensão do modo como se organiza o ensino superior no Brasil.

O ensino superior no Brasil ocorreu de forma tardia, sendo somente em meados do século XX que os cursos superiores começaram a acontecer. A ascensão da universidade nas primeiras décadas do século XX se relacionou com as demandas que vinham junto com a industrialização no país, visto que o Brasil se encontrava em uma situação agrária, e tal feito seria um avanço para o comércio e para a urbanização do país. É necessário então se pensar que se concebemos que as mudanças na base estrutural da sociedade impulsionam reações nas relações, olhando por esse caminho da chegada das universidades, é necessário considerar que isso afeta diretamente no campo ideológico. É então que se constrói a hegemonia e há a formação social burguesa no Brasil.

O processo de ensino – aprendizagem tem como principal objetivo a intervenção crítica, trazendo o aspectos relevantes para a pesquisa e a produção de conhecimentos com o senso crítico, através da *práxis social* para se ter um processo inteiramente ligado a um fazer profissional comprometido com a transformação social. Desta forma, o objetivo deste trabalho é analisar os impecílios impostos pelo capitalismo para que o processo de formação acadêmico seja pautado no desenvolvimento do senso crítico. No processo de intervenção crítica na universidade nos lançamos na pedagogia da pergunta, em contraposição à pedagogia da resposta, pois neste processo estamos construindo uma formação que tem como intenção preparar os alunos com uma visão questionadora sobre o mundo, transformando os sujeitos na sua forma de ver e pensar o mundo. Para tanto, o professor e o aluno assumem papéis e protagonismos, com determinadas atitudes que antes não

poderiam ser imaginadas onde se buscava respostas prontas sem questionamentos ou envolvimento.

Assim, através da ótica marxista crítica – dilética, buscar – se – a apresentar a solução para a inversão da apropriação capitalista para o devido desenvolvimento de ensino - aprendizagem. A formação profissional existe em um movimento que marca uma totalidade social, ou seja, é um processo que acontece em um dado momento histórico, e dos sujeitos que nele constroem as teorias. As escolhas dessas teorias, no processo de formação, estão inteiramente ligadas na interlocução com a historicidade que se encontram presentes naquele tempo e espaço.

Faz – se então pensar, como podemos exercitar com os alunos uma pedagogia crítica como a possibilidade de solução dos problemas considerando as vantagens e desvantagens em que cada uma pode acarretar para a situação em questão, fazendo - os questionar as diversas soluções que possam surgir, emitindo sua opinião e sabendo como apresentá-las, seja qual área estiverem se formando, exercendo assim seu poder de argumentação. Para esta habilidade ser construída é preciso um desligamento do capitalismo no mundo acadêmico.

Como a produção científica tem como objetivo apropriar-se da realidade para melhor analisá-la e, posteriormente, produzir transformações, a discussão sobre o processo de apropriação, além de aspecto prático muito relevante, reveste-se de importância para o meio acadêmico. Nesse contexto, a maior produção de estudos e conteúdos sobre a intervenção crítica na formação superior, pode ser o início de um processo de transformação que começa na academia e estende seus reflexos para a realidade social.

Há exigências atuais para as formações profissionais, e todas elas negam o senso crítico – emancipatório e abraçam a mera tecnicidade. O grande desafio posto, é efetivar as conquistas que dão legitimidade intelectual, moral e cultural a formação e com isso fazer esta, avançar. Com essa direção social em constante formulação, conflitos serão periódicos, principalmente aos que vão contra essas exigências do capital, se colocando em posição crítica e colidindo com relações mecanicistas que alimentam a permanência do capitalismo como modo de vida social. Apresentar essa temática torna – se não só um dever, mas também uma necessidade dentro do meio acadêmico.

2. A CHEGADA DO ENSINO SUPERIOR AO BRASIL E OS IMPACTOS NA FORMAÇÃO CRÍTICA DOS PROFISSIONAIS

“Sem movimento, não há liberdade!”

O ensino superior chega ao Brasil em meados do século XX marcada, historicamente, pela exclusão das classes subalternas, tendo sido sua constituição voltada para as elites do país. Segundo Costa (2018) atravessou-se o século XIX sem que a educação pública fosse incrementada. Este quadro seguiu até a primeira república, sofrendo alterações apenas a partir da década de 1930, cenário em que a industrialização e a urbanização passaram a requisitar uma escolarização mínima por parte da classe trabalhadora. Na mesma linha, a implementação da educação superior no país ocorreu de forma lenta e tardia. Somente durante o século XIX, os cursos superiores começaram a ser instalados no Brasil, a partir de 1808 com a chegada de D. João VI. Eram cursos superiores isolados, não articulados no âmbito de universidades (COSTA, 2018 *apud* SAVIANI, 2010).

O período de 1931 a 1945 caracterizou-se por intensa disputa entre lideranças laicas e católicas pelo controle da educação. Em troca do apoio ao novo regime, o governo ofereceu à Igreja a introdução do ensino religioso facultativo no ciclo básico, o que de fato ocorreu a partir de 1931.

As ambições da Igreja Católica eram maiores e culminou com a iniciativa da criação das suas próprias universidades na década seguinte. O período de 1945 a 1968 assistiu à luta do movimento estudantil e de jovens professores na defesa do ensino público, do modelo de universidade em oposição às escolas isoladas e na reivindicação da eliminação do setor privado por absorção pública. Estava em pauta a discussão sobre a reforma de todo o sistema de ensino, mas em especial a da universidade. (MARTINS, 2002)

O elitismo se refletia no atendimento de parcela mínima da população, sobretudo dos estratos mais privilegiados. Entre 1964 a 1968, o próprio sistema ditatorial usa de suas formas para erradicar as experiências democráticas que se desenvolviam no interior dos centros educacionais. Já em 1968 a 1969 há uma intervenção no intuito de modelar toda a política educacional, com as exigências do projeto modernizador. O que se ressalta nesses dois momentos é o que caracterizaria a política educacional do período ditatorial.

2.1. O SISTEMA AUTOCRÁTICO E O DESENVOLVIMENTO NO ENSINO SUPERIOR DO BRASIL

De um período encontro o próprio sistema autocrático da época, utilizando de seus esforços para democratizar as instituições, com certeza, e principalmente as instituições de nível superior seio dos movimentos estudantis, justamente no auge do comunismo no Brasil e da ascensão do PCB junto ao marxismo. De outro lado tem – se a nova adequação a política de educação que eles mesmos consideraram modernizador.

Entre 1964 á 1968, a política educacional da ditadura materializou a sua intenção de controle e enquadramento implementado praticamente e destruição de instrumentos organizativos do corpo discente, promovendo um clima de intimidação do corpo docente [...] e muito especialmente, reprimindo com furor inaudito as propostas, experiências, movimentos s instituições que ensaiavam e/ou realizavam alternativas tendentes a democratizar a política, o sistema e os processos educativos, vinculando – os ás necessidades de base da massa da população. (NETTO, 2015, p. 82-83)

O autor Neto, apresenta uma análise acerca do desenvolvimento educacional no período de autocracia burguesa, principalmente no que tange a falar sobre a *tara elitista*¹.

“Por uma parte, o regime autocrático burguês procurou sistematicamente consolidar certas características culturais presentes de há muito na formação brasileira, características essas que podem ser suficientemente sintetizadas na *tara elitista* que de longe persegue a vida cultural no Brasil.” (NETO, 2015, p. 71)

Chegando a década de 1990, para superar a crise existete na época, foi adotado no Brasil, o ideário neoliberal, tendo sido consolidado no governo de FHC através do Plano de Reforma do Estado. Segundo Anselmo, Nóbrega e Araújo (2019), entre outras medidas de ajuste fiscal, a refuncionalização do Estado e propôs um pacote severo de privatizações e transferências do patrimônio público para o setor privado, a desregulamentação e liberalização do mercado, maior eficiência dos gastos sociais através da descentralização, bem como da mobilização das organizações privadas. Ainda no contexto das reformas, merece destaque a criação das agências executivas e das Organizações Sociais, bem como da regulamentação do Terceiro Setor como um instrumento para executar as políticas públicas.

¹ Neto traz o conceito de *tara elitista*, como um termo que circulou entre os exilados pela ditadura que viviam na Europa Ocidental. Sob a análise, o termo se referia como um viés negativo na nossa história acadêmica. A Universidade foi pensada para formar e servir as elites, mas numa sociedade de convivência democrática que temos hoje, do ponto de vista das liberdades políticas, a universidade também reflete as contradições que estão fora dela.

No âmbito do Terceiro Setor, o Estado, através de parcerias com as Organizações Não Governamentais (ONGs) e instituições filantrópicas passaram a executar políticas sociais, impulsionando e fortalecendo, através de discursos de solidariedade e voluntariado, a desprofissionalização e despolitização das intervenções neste âmbito e fazendo emergir uma nova maneira de ‘administrar’ as classes subalternas, desconsiderando a raiz da “Questão Social” e se distanciando das concepções de direito, democracia e justiça social.

2.2. O ENQUADRAMENTO DA POLITICA EDUCACIONAL AOS DITOS BURGUESES E A DISSOLUÇÃO DO CICLO AUTOCRATICO NA EDUCAÇÃO

Analisando o período autocrático burguês, a educação se adequa ao processo qualitativo e estrutural da burguesia entre 1968 e 1969². Essa adequação faz parte das exigências do projeto modernizador. Vale lembrar que nesse período, vivenciou-se o início do período de terrorismo de Estado, quando se tornou explícita e cada vez mais brutal a repressão às forças democráticas, que passaram novamente a uma situação defensiva e de ações residuais. Em meio a um contexto político desfavorável, a legitimação do regime e do Estado se dava por meio da economia, através do crescimento acelerado do chamado “Milagre brasileiro”.

Nesse segundo lustro da autocracia burguesa, que se inicia em 1968 e finda em 1974, vivenciou-se o período de terrorismo de Estado, quando se tornou explícita e cada vez mais brutal a repressão às forças democráticas, que passaram novamente a uma situação defensiva e de ações residuais. Em meio a um contexto político desfavorável, a legitimação do regime e do Estado se dava por meio da economia. Unindo os dois momentos citados, Netto (2015) relata que,

“Cuida que lhe bastam, em face do “mundo da cultura” (aí incluído o sistema educacional), ademais de uma repressão inicial, medidas de correção e ordenamento limitadas. Essa postura se modifica quando, dado o agravamento da crise do sistema educacional, ela se converte num particular detonador da ação antiditatorial: enquadrado pela coerção, o movimento operário e sindical, na cidade e no campo, é o movimento estudantil [...] que se alça ao primeiro plano de contestação ao regime.” (p. 81)

² Esse processo é chamado por Netto (2015) de giro no trato da educação por parte da autocracia burguesa. (p. 76).

Trazendo ainda o período de 1964 a 1968, a política educacional da ditadura se materializa como uma forma de controle e enquadrando implementando uma disseminação em massa de instrumentos organizacionais do corpo docente da época, promovendo uma intimidação no corpo docente, e reprimindo movimentos e instituições que traziam idéias e formas de democratizar e desvincular os processos de exclusão da massa da população na educação superior.

Tanto no Brasil, como em outros países de capitalismo dependente, no período da autocracia burguesa, impediu, por mais de duas décadas, o reconhecimento e a implementação de um Estado de *direitos sociais*. Pelo contrário, aqui se instituiu um Estado de extremo *controle social*, também dito *controle ditatorial*, que, na área econômica, produz o aparente *milagre econômico*, mas que, de fato, leva a uma das maiores crises econômicas, com índices inflacionários e de desemprego galopantes.

Por isso a incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos e da educação como direito de todo o cidadão e dever do Estado vai ocorrer apenas nos marcos do esgotamento da autocracia burguesa, com o fim do milagre econômico, o aprofundamento demasiado da crise. O final dos 1970 e o início dos 1980 também foram marcados pelo ressurgimento dos movimentos sociais e sindicais e pela criação de partidos políticos, a partir de medidas pactuadas de lenta e gradual reabertura democrática.

O ano de 1974 é o marco do início da dissolução desse ciclo, que passou a buscar estratégias de sobrevivência com seu projeto de auto-reforma. Mas com o proletariado urbano retornando à cena política através, principalmente, das greves do ABC paulista, e com isso deflagrando uma radicalização na oposição democrática, a autocracia burguesa já não podia mais limitar-se à coação perante tais forças; era necessário também realizar negociações e concessões; no entanto, isso também não garantiu o sucesso do projeto de auto-reforma, iniciando-se, assim, sua fase de abertura.

3. AS REFORMAS NEOLIBERAIS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

*“Enquanto houver movimentos sociais,
é por que existem injustiças sociais.”*

A educação e as universidades públicas, ou a falta de políticas de educação e a sua precarização, serão sempre utilizadas como elemento para conformar, sustentar e fortalecer o projeto de sociabilidade burguesa, por esse motivo, as reformas neoliberais no ensino superior, não vem de hoje, mas de um período autocrático burgues que se estendeu da ditadura militar e até hoje tem suas raízes presentes em sociedade. Para Lusa *et al* (2019), o que mais afeta as universidades públicas é a EC nº 95/2016.³

Para as universidades públicas, a EC nº 95/2016 (BRASIL, 2016b) é a que mais produz efeitos deletérios, comprometendo seriamente a concepção da educação superior como direito constitucional e dever do Estado, pois, através da limitação orçamentária, ela afeta diretamente a autonomia universitária, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o desenvolvimento de pesquisas e de produção de conhecimento socialmente referenciada, o financiamento para ciência e tecnologia (C&T), o desenvolvimento da pós-graduação, a assistência estudantil e todos investimentos para o acesso e a permanência nas universidades, a educação permanente do quadro de servidores das universidades, entre outros.

Esse torna – se um dos exemplos que nos faz pensar e reconhecer que as medidas de ajustes fiscais estão conectadas ao que o mercado passa a exigir como função estatal: a destinação quase integral do fundo público para assegurar o funcionamento da economia capitalista.

A conjugação de emendas parlamentares como a EC Nº 95/2016 demonstra que se trata de um Estado para o capital, em uma sociedade do capital, com o aprofundamento do processo de retirada de recursos da educação, da saúde e de todas as demais políticas sociais, a fim de saldar os juros da dívida pública e manter em condições de funcionamento o mercado financeiro, através da rolagem da dívida pública.

Dessa forma, depreende – se que com a arrecadação das contribuições sociais, extraem-se dos contribuintes os recursos constitucionalmente vinculados à prestação

³ A Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), de 15 de dezembro de 2016, estabeleceu o Novo Regime Fiscal - NRF no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, o qual vigorará por vinte exercícios financeiros. O NRF fixa limites individualizados para o Poder Executivo, para os órgãos dos Demais Poderes, Ministério Público da União – MPU e Defensoria Pública da União –DPU, para as despesas primárias dos órgãos integrantes daqueles orçamentos e estabelece, nos termos do § 1º do art. 107, o método para sua apuração. Ressalta-se que, no caso dos Poderes Legislativo, Judiciário, MPU e DPU, conforme a autorização contida nos §§ 7º e 8º do art. 107 do ADCT e o disposto no art. 27 da LDO 2019, caput e § 8º, suas despesas para o PLOA-2019 ficaram acima dos limites calculados, até o equivalente a 0,25% do teto do Poder Executivo. No entanto, de acordo com a referida base legal, esse excesso foi devidamente compensado nas despesas desse Poder.

pública de determinados serviços, como a educação e a saúde, para redirecioná-los para outras rubricas governamentais, alegando-se a busca de um equilíbrio fiscal necessário. Trata-se, na verdade, do cumprimento das medidas de ajustes fiscais determinadas pelos organismos internacionais para o enfrentamento da crise estrutural do capital, através do desmonte dos direitos sociais. (Lusa *et al*, 2019).

Para PIRES (2004) os gastos com as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) são analisados detidamente, revelando a queda no investimento e a redução de pessoal, além das conseqüências do contingenciamento de transferências da União levadas a efeito por intermédio do FSE, do FEF e da DRU.

Nesse sentido, é necessário não apenas descrever mudanças e práticas das universidades públicas brasileiras, mas entendê-las na totalidade social, analisando o contexto nacional e internacional para compreender porque ocorrem. As políticas públicas de ampliação do acesso ao ensino superior são parte de um projeto de desenvolvimento e integram a política de Estado em curso nesse momento histórico. O neoliberalismo é o contexto particular de emergências das políticas voltadas à reconfiguração dos sistemas de ensino superior, especialmente nos países periféricos; por isso, é necessário aprofundar a compreensão de seu avanço para todas as esferas da vida social. (COSTA, GOULART, 2018).

Para Alexandre e Macário (2018), é nesse contexto – em tempos de neoliberalismo – que foi indicado aos países periféricos e dependentes a retirada do Estado como principal financiador das políticas sociais, em especial, a educação superior, garantindo o fortalecimento de uma pequena parcela que detêm os meios de produção e o seu acesso irrestrito às políticas públicas – através da transferência da responsabilidade estatal para a iniciativa privada por meio de isenções fiscais (ProUni) e destinação de recursos para espaços sustentados por esta área (FIES) –, como vimos ao tratarmos sobre a realidade atual de algumas variáveis (instituições, cursos e matrículas).

3.1. PEDRA SOBRE PEDRA: OFENSIVA NEOLIBERAL NA UNIVERSIDADE PÚBLICA E A RESISTENCIA DOS MOVIMENTOS

Devemos apontar que a ofensiva neoliberal é o maior produtor dos graves rebatimentos que sofre a universidade pública, já que esta não está descolada da totalidade do movimento da sociedade. Esse cenário coloca a instituição pública da sua submissão à lógica mercadológica, reforçando ainda mais seu histórico descompromisso com as necessidades das classes trabalhadoras. Porém não

podemos esquecer e reconhecer que mesmo que pequenos, a resistência contra a indiferença da universidade com os movimentos sociais. Para Monteiro (2017),

A construção de projetos de extensão e pesquisa que visam reconstruir essa relação é uma das formas de qualificar essa realização e driblar o conservadorismo característico do espaço acadêmico. Sua importância se fundamenta no questionamento da função social da universidade pública no sentido de pautar a socialização do conhecimento produzido e a democratização dos meios para produzi-lo rumo ao fortalecimento da organização dos trabalhadores. (p. 272)

Através da visão da autora, podemos constatar avanços, porém, sem esquecer que ainda há muito por se fazer, pois as contrapartidas das universidades podem ser consideradas poucas e frágeis⁴. No entanto, um limite central deve ser demarcado: a universidade se constitui historicamente como espaço marcado pelo conservadorismo, por características próprias da universidade burguesa, elitista, hierárquica e meritocrática, isso devido a todo o seu histórico já apresentado nessa unificação.

Para Costa e Goulart (2017),

No regime acadêmico capitalista de conhecimento/aprendizagem, o estudante não é apenas visto como consumidor, mas também como produto/output do processo educacional. As informações sobre o corpo de estudantes formados por determinada universidade podem, inclusive, ser vendidas para as corporações. Há interesse no desempenho de mercado dos alunos egressos como garantia de qualidade e subsistência das universidades; eles podem representar não só a excelência da formação, mas potenciais futuros doadores, tão importantes para a manutenção das IES estadunidenses. (p. 403)

Não tenhamos ilusão: não escapa do velho comprometimento com a reprodução dominante, distante das necessidades das classes trabalhadoras. Os desafios nessa relação (universidade-movimentos sociais) não isentam seus segmentos mais críticos, não sendo raro observar posturas e relações pedagógicas de difícil aproximação com as condições das massas de trabalhadores.

Porém, objetivando materializar propostas de atuação da universidade pública que contribuam para a resistência à ofensiva neoliberal, surgiu uma experiência enriquecedora de articulação de quatro projetos vinculados ao Núcleo de Estudos e Pesquisa Terra, Trabalho e Política Social, do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). As atividades desses projetos

⁴ É importante salientar que o artigo publicado pela autora é datado em 2017. Um ano antes, estava em tramite e em aprovação a EC do teto de gastos que congelava os investimentos nas políticas públicas nacionais incluindo educação.

são desenvolvidas a partir da perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com especial atenção para a participação e a autonomia discente, bem como para o aprofundamento da reflexão sobre qual projeto de universidade e de sociedade se deseja construir coletivamente. Destaca – se aqui como a extensão foi um grande projeto para o crescimento da resistência a ofensiva neoliberal.

Segundo Lusa (2019) *et all*,

Os principais pontos de confluência que materializam a articulação e a indissociabilidade entre eles são: a centralidade do reconhecimento da realidade concreta em sua totalidade como produto da sociedade capitalista e geradora de demandas para a formação profissional e para a atuação da universidade; o aprofundamento dos estudos com base no pensamento marxista; a mobilização e atuação conjunta com os movimentos sociais de Porto Alegre/ RS, segundo a dinâmica temporal dos próprios movimentos; e a formulação de vias de fortalecimento das lutas sociais e do combate às opressões de classe, raça, etnia, sexo ou gênero. No plano da educação *stricto sensu*, busca-se integrar os espaços da universidade aos debates realizados no seio dos movimentos, possibilitando ampliar a produção de conhecimento sobre a realidade sul-rio-grandense, as relações sociais e de produção, as expressões da questão social manifestas no campo e na cidade e a organização dos movimentos sociais na luta por direitos e na resistência ao seu desmonte.

Um dos elementos mais potencializados nesse processo foi a dimensão pedagógica dessa relação, que permitiu aos estudantes e aos professores compreenderem a perspectiva dos indivíduos intrinsecamente vinculados às lutas sociais, principalmente na relação destes com os instrumentos de alienação e de reforço das formas de opressão, que estão cotidianamente presentes. Um dos marcos dessa experiência foi a atuação junto a movimentos de trabalhadores e trabalhadoras sem-teto e de população de rua, o que possibilitou apreender junto aos movimentos e ao mesmo tempo potencializar a visibilidade desses movimentos diante do cenário de repressão e perseguição política que conjunturalmente vêm escalando.

É necessário também destacar o papel fundamental que os projetos de extensão cumprem durante a trajetória de estudantes universitários, principalmente nesse período. Isso porque “[...] o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações”. (Freire, 1975, p. 36). Assim, não se busca estender o conhecimento da universidade para a comunidade, mas, através do processo dialético, coletivo e contínuo, busca-se a construção de um diálogo transformador entre os sujeitos,

visando forjar um conhecimento que faculte a emancipação, a autonomia e a potencialização da luta da classe trabalhadora por acesso à educação enquanto direito fundamental, de caráter universal, pública, gratuita e de qualidade, por exemplo.

No planejamento educacional, assim como em todos os outros campos de atuação governamental, o combate ao neoliberalismo e aos seus nocivos efeitos sociais e políticos é uma necessidade urgente, mas esse combate requer a percepção dos limites que o capitalismo contemporâneo, financeirizado, impõe à manifestação de ideais progressistas para as políticas públicas. Do contrário, não sobrarão um só político eleito, técnico ocupante de função pública ou intelectual militante que possa escapar ao rótulo de neoliberal ou de traidor de nobres ideais.

4. A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A EMANCIPAÇÃO HUMANA: Aparatos para intervenção crítica

*“Quem não luta por seus direitos,
Não é digno deles.” (Rui Barbosa)*

Torna – se essencial iniciar esse tópico apresentando o que FILHO e GURGEL (2016) tras como conceito de democratização, “contribui para explicitar e desenvolver os componentes essenciais do ser genérico do homem [...] em diferentes formações econômicas – sociais.” (p. 64). Tendo em vista essa reflexão, é possível afirmar que a relação do desenvolvimento direto da democratização com o ensino superior é um ganho para a *práxis social* no desenvolvimento ensino – aprendizagem.

Importante também ressaltar o conceito de emancipação humana, apresentada pelos mesmos autores. A emancipação humana pressupõe, portanto, uma vida de liberdade de todos os homens, onde a livre ‘associação de indivíduos [...] coloca sob seu controle as condições do livre desenvolvimento e do movimento dos indivíduos.’ Essa sociabilidade revoluciona os fundamentos de todas as relações de produção e de intercâmbio precedentes [...] subvertendo – se ao poder dos indivíduos associados.” (p. 61)

Ainda, apresenta – se o conceito de gestão democrática em sua totalidade, colocando como principal definição, sob a ótica de FILHO e GURGEL (2016)

[...] a finalidade da gestão democrática deve ser transformar as condições de vida das classes subalternas, aprofundando e universalizando direitos civis, políticos e sociais, visando contribuir com a superação da ordem do capital. Uma finalidade que aponta para uma intervenção imediata visando à expansão da emancipação política, na perspectiva de contribuir com a luta pela construção da emancipação humana. (p. 72-73)

Essa proposição de gestão é contraditória a ordem do capital e, por isso, a possibilidade de sua efetivação encontra – se em movimentos que de alguma forma tensionem a ordem.

Nesse conjunto de conceitos apresentados, depreende – se que o feito crítico e político no desenvolvimento dessa ordem nada mais é do que o livre pensamento democrático para o processo de ensino – aprendizagem nas universidades, ovacionando dessa forma todo o processo e andamento dessa ordem societária vigente. A educação para emancipação deve ser primeiramente crítica. Para AMBROSINI (2012), a conscientização do ser humano leva a necessidade da educação. A educação que parte da consciência do inacabamento do ser humano é uma educação que tem como principal função formar esse ser humano. Dessa forma o autor, tras o conceito de emancipação humana pela visão de cada pensador⁵

“[...] emancipação humana é uma categoria política que se refere ao uso da racionalidade nos interesses coletivos (Kant); que implica na superação do individualismo e das determinações impostas pelo Estado através da apropriação das forças políticas e sociais dos cidadãos (Marx); que seja resultado de uma educação para a resistência, que sendo crítica das estruturas sociais, possa formar um ser humano autônomo capaz de superar as formas de assujeitamento (Adorno); e, por fim, que representa uma tarefa propriamente educativa, de construir coletivamente a conscientização do inacabamento e a inconclusão do oprimido, criando possibilidades para ser mais e superar os condicionamentos históricos, alcançando assim a sua vocação própria: a humanização (Freire).”

Assim, depreende – se que a emancipação humana e a gestão democrática estão de alguma forma ligadas, e que casam no processo de ensino – aprendizagem em um processo de avanço de políticas neoliberais para a construção do senso identificador do ser humano enquanto ser pensante em constante construção.

4.1. A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E OS DESAFIOS DA GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA

⁵ Vale salientar que devido ao teor da pesquisa, o conceito de emancipação aqui utilizado é retratado pelo pensador e filósofo Karl Marx, em suas mais variadas escritas e pensamentos.

Até aqui, uma coisa já ficou evidenciada: a universidade como instituição tem impacto direto na sociedade com sua produção acadêmica e profissional ao transformar os conhecimentos em ciências, os conhecimentos críticos, e exprimir as divergências de opiniões, atitudes e projetos que constroem a dialética indispensável para o progresso da comunidade, visto o interesse do Estado e da burguesia dentro de todo o processo apresentado.

Considerando isso, pode – se ter certeza de que o mercado educacional com o setor universitário privado tem campo de atuação abrangente e vantajoso em países que o Estado se afasta de suas responsabilidades constitucionais e incentiva a mercantilização com projetos que interferem na autonomia universitária. Para DIAS e TOFFANO (2019),

A mercadorização universitária é reforçada em um momento de desrespeitos aos ideais democráticos e princípios humanos e, além disso, a negação do conhecimento pelos próprios governantes comprovando o projeto de exclusão social e controle do Estado de características autoritárias, fascistas e opressoras com a redução do espaço universitário que deve ser público e livre, a exclusão de pessoas do acesso às universidades e a participação democrática das organizações estudantis. (p. 19)

O ensino superior brasileiro gratuito e de qualidade ao se transformar em universidade mercantil, pela falta de investimentos no setor público e a mercantilização da Educação como setor de serviços, se distancia da boa formação e qualificação dos estudantes. A exclusão social caminha por todos os níveis da Educação como construção que termina com a universidade pública, com apenas 25% das matrículas do ensino superior, de comprovada boa qualidade concentra as classes sociais mais ricas. É onde entra em cena, os desafios da gestão democrática.

4.1.1. OS DESAFIOS DA GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA

A gestão democrática tem como princípios dois aspectos: a autonomia e a participação parecem faltar ainda à apropriação destes conceitos no contexto escolar, Paro (2005, p. 16) afirma que,

Aceitando-se que a gestão democrática deve implicar necessariamente a participação da comunidade, parece faltar ainda uma maior precisão no conceito de participação. A esse respeito, quando uso esse termo, estou preocupado, no limite, com a participação nas decisões. Isto não elimina, obviamente, a participação na execução; mas também não a tem como fim e sim como meio, quando necessário, para a participação propriamente dita, que é a partilha do poder, a participação na tomada de decisões. É importante ter sempre presente este aspecto para que não se tome a participação na execução como fim em si mesmo, quer como sucedâneo da participação nas

decisões, quer como maneira de escamotear a ausência desta última no processo.

Se tivermos uma análise compreensiva acerca dos entendimentos destas leituras, percebe – se que o grande desafio da gestão democrática talvez seja fazer com que a comunidade escolar, através de suas representações, esteja envolvida neste processo, de ajudar a administrar a escola, de uma forma realmente participativa e responsável, buscando na qualidade de ensino a melhoria do aluno.

Um espaço aonde todos tenham participação e autonomia na administração, buscando a democratização e a qualidade de ensino, parece ser algo distante quase que impossíveis devido às dificuldades encontradas, e muitas vezes, aceitamos como verdadeira essa afirmação, não buscando a mudança dessa realidade, por não acreditar na possibilidade de mudança.

Para a prática da gestão democrática escolar e fundamental a participação de toda a comunidade escolar e suas instâncias colegiadas, de forma autônoma e responsável, previstas no Projeto Político Pedagógico (PPP)⁶.

Na Gestão democrática deve haver compreensão da administração escolar como atividade meio e reunião de esforços coletivos para o implemento dos fins da educação, assim como a compreensão e aceitação do princípio de que a educação é um processo de emancipação humana; que o Plano Político pedagógico (P.P.P.) deve ser elaborado através de construção coletiva e que além da formação deve haver o fortalecimento do Conselho Escolar.(MARKOVICZ *apud* PARANÁ. 2015, p. 08)

Dessa forma, compreende – se que a gestão democrática, só pode ser legitimada no coletivo, tendo como princípios a participação e autonomia das pessoas responsáveis pela sua aplicação.

5. A (RE) IMPLANTAÇÃO DA INTERVENÇÃO CRÍTICA NO ENSINO – APRENDIZAGEM

“Lutar, construir...”

Falar sobre um sistema que fortaleça diretamente a intervenção crítica no processo de ensino – aprendizagem no ensino superior, denota uma feito de responsabilidade e pesquisa.

⁶ Não irei me atentar ao PPP neste momento. Porém, vale salientar que este plano é um dos grandes marcos e fetivação da gestão democrática dentro do espaço acadêmico.

O pensamento Marxista, apresenta os conflitos gerados pelas transformações vividas na estrutura econômica e que levam os indivíduos a se confrontarem com eles no plano ideológico. E é aí que os indivíduos ganham consciência dos conflitos para, então, buscarem resolvê-los. Para Roedels e Martins (2018) partimos do entendimento, com isso, de que a ideologia tem o campo social como produção e condição para a sua realização. Por isso que para Gramsci “é na ideologia e pela ideologia que uma classe pode exercer hegemonia sobre outras, isto é, pode assegurar a adesão e o consentimento das grandes massas.” (*apud* BOTTOMORE, 2013).

Nesse processo, entra o protagonista professor. A este por sua vez, cabe, segundo Chirelli e Michima (2004),

Ao destacarmos que o professor deve ser um educador antes de tudo, estamos nos referindo ao fato de que esta pedagogia busca formar cidadãos tendo competência com qualidade política; além de capacitar profissionais tendo competência com qualidade formal para a intervenção, estamos formando pessoas que, de acordo com o que está posto como proposta no Fundamento Sócio-cultural do PPP, visa transformar cada ser humano em um sujeito capaz de recuperar e realizar sua “humanidade” num projeto coletivo e solidário de superação dos condicionantes reais impostos pelas relações atuais de trabalho. A condição humana se realiza pela cultura, que é essa atividade incessante dos homens em transformar o mundo natural e social, de modo a criar um mundo humano.

É necessário pensar que o acesso à educação e à apropriação do conhecimento significa, para a classe trabalhadora, a possibilidade de superar a condição de subalternidade e ultrapassar as restrições do cotidiano e a materialidade imediata nos limites da ordem instituída, ou do econômico-corporativo, parafraseando Gramsci. Significa ainda possibilidade de superação da ausência de autonomia, presente na condição de subalternidade, bem como conferir uma dimensão política à luta de classes, que assume cada vez mais um caráter ideológico, comprometida com transformações radicais, refletindo e criticando as contradições que perpassam as relações sociais no horizonte da formação de uma nova sociabilidade.

No entanto, a constatação de que a construção de outra forma de sociabilidade só é plenamente possível em outro modelo de sociedade não deve impedir que as e os lutadores sociais reivindiquem instrumentos e formas de luta que potencializem alternativas ao projeto neoliberal vigente na educação. Não devem ser criadas ilusões quanto aos instrumentos que se têm à mão para essa tarefa, pois eles por si só não significam a transformação radical e revolucionária da sociedade, mas implicam

fortalecimento das lutas para garantir as condições para a constituição de outra sociedade. Nesse sentido, procura-se compreender o tripé ensino, pesquisa e extensão, sobretudo as ações de extensão, enquanto atividades potencialmente revolucionárias, que caminham em sentido oposto ao estabelecido pela educação tradicional e procuram romper com o projeto capitalista hegemônico. (Lusa *et al*, 2019).

Ainda, segundo Lusa *et al*, 2019,

Aponta-se a importância do desenvolvimento de processos de educação na perspectiva emancipatória para a construção de processos de resistência e de transformação na universidade e sociedade. No entanto, esta tarefa se torna ainda mais difícil de ser efetivada diante do contexto dos ajustes fiscais e das políticas de austeridade operacionalizadas em diversos países e também no Brasil. Os recursos do fundo público, destinados inclusive para a educação, são desvinculados da finalidade constitucional e passam a ser direcionados para alimentar o fluxo do mercado financeiro internacional, o que é determinante para o desmonte das universidades. Eis que todo esse processo de desmonte das universidades e dos projetos de educação transformadora e emancipatória dificulta ou até mesmo impede a compreensão de que a educação superior é direito de todos e dever do Estado e de que ela pode ser construída na contraordem ao capital.

Nesse sentido, é necessário levantar algumas questões a respeito do papel dos processos político-formativos na construção da consciência crítica situada no contexto sócio-histórico contemporâneo, buscando chamar a atenção da relevância desse tipo de iniciativa de extensão para além das contribuições unívocas que as universidades podem desempenhar na organização dos movimentos dos trabalhadores, mas também, e talvez sobretudo, para a importância da construção dessas experiências junto aos movimentos sociais, para o redimensionamento crítico da universidade e dos perfis profissionais por ela formados. Diante do acirramento de todas as formas de desigualdades, da criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, da fragmentação da consciência de classe e da luta dos trabalhadores, do decepamento de direitos, do sucateamento e mercantilização dos serviços públicos e tantas outras adversidades características do tempo presente, é necessário que seja instigado reflexões e compromissos com a luta geral dos trabalhadores. (MONTEIRO, 2017, p. 2)

A possibilidade de elevação crítica da consciência do âmbito particular ao universal, constitui o objetivo central dos processos político-formativos, que se relacionam tanto com as condições concretas nas quais a classe se reproduz, quanto

pelo desencadeamento de reflexões teóricas que se confrontam com a naturalização e a mistificação dos processos de consciência e seus mecanismos de reprodução.

Compreendemos que se torna de fundamental importância pensar a educação enquanto elemento de hegemonia, com potencial de formação e superação de ideologias, pela importância que tem na apropriação dos códigos necessários à elaboração de projetos racionais que tencionem a ordem vigente. Somente a partir da apreensão crítica da realidade e do contexto histórico que gerou um desenvolvimento conservador e dependente, será possível à classe trabalhadora exercer pressão e controle democrático sobre a gestão do ensino superior e sobre a distribuição das oportunidades educacionais.

É necessário fortalecer as bases de extensão como uma grande metodologia de ensino. Os espaços universitários são controláveis, mas e quando se quebra os muros da universidade?

6. CONCLUSÃO

Após essa curta análise, passa – se na mente como reorganizar o espaço a qual a gestão democrática e o ensino superior precisam se adequar. Pensar o ensino do docente como algo enriquecedor para a visão de mundo do aluno, coloca ao capitalismo e a burguesia uma macificação geral de crise, visto ter seres “pensantes” na divisão social do trabalho. Trazer para o centro das discussões a educação superior e os reais interesses do capital na homogeneidade ideológica, e a autocracia capitalista do ensino - aprendizagem, podem ser passos decisivos para que o projeto profissional educacional, seja analisado em sua apropriação crítica na formação profissional.

A intensificação da mercantilização do ensino superior no Brasil pode ser observada pela mudança da política de financiamento; pelo predomínio no país de IES privadas; pela alta concentração de empresas educacionais, ou seja, IES com fins lucrativos; pela profissionalização da gestão dos estabelecimentos educacionais; pelo estímulo à busca direta e competitiva de parceiros privados para suprir déficit orçamentário em universidades públicas; pela transformação de universidades e centros universitários em grandes conglomerados ou holdings; pela negociação das ações de IES privadas em bolsas de valores; pelo aumento do investimento dos

fundos internacionais em educação no país. Todas essas ações têm se intensificado nas últimas três décadas e não dão mostras de retrocesso. Buscar inspiração em nossos clássicos pode contribuir para, no mínimo, iluminar os desafios que a realidade nos impõe.

Por esse caminho estaremos construindo o futuro desejável da universidade que, como instituição educativa, se constituirá na chave do projeto de desenvolvimento do país convertendo-se, pela prática articulada do ensino, da pesquisa e da extensão, no principal instrumento instaurador desse verdadeiro círculo virtuoso do desenvolvimento da sociedade brasileira.

7. REFERÊNCIAS

ALEXANDRE T; MACÁRIO E. ***A expansão da educação superior como mercadoria.*** Anais do VI seminários CETROS. UECE, 2018.

ANSELMO, G. T. S. ***A ofensiva Neoliberal e a contrarreforma do ensino superior: Inflexões no Serviço Social Brasileiro.*** IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2019, São Luis. Anais, São Luis, UFMA.

CHIRELLI, M. Q.; MISHIMA, S. M. ***O processo ensino-aprendizagem crítico-reflexivo.*** Rev Bras Enferm, Brasília (DF) 2004 maio/jun;57(3):326-31.

COSTA, C. F.; GOULART, S. ***Capitalismo acadêmico e reformas neoliberais no ensino superior brasileiro.*** Cad. EBAPE.BR, v. 16, nº 3, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2018.

COSTA, F.M. ***As particularidades do ensino superior brasileiro nos marcos do capitalismo dependente.*** Temporalis, Brasília (DF), ano 18, n. 35, jan./jun. 2018.

DIAS, M. H.; TOFFANO, M. ***A mercantilização do ensino superior brasileiro como projeto de exclusão social e controle estatal.*** Oliveira, Sheila Fernandes Pimenta e (Org.) O51d Desafios da gestão educacional democrática na contemporaneidade. / Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira; Vânia de Fátima Martino; Genaro Alvarenga Fonseca; Hilda Maria Gonçalves da Silva (org.). – Franca: UniFACEF; Unesp/Franca; 2019. (Coleção: Educação e educandos, v.1). 119 p.

FILHO, R. S. GURGEL, C. **Gestão democrática e serviço social: princípios e propostas para a intervenção crítica**. Coleção biblioteca básica de serviço social, Vol. 07) 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2016. 319 p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LUSA, M. G.; MARTINELLI T.; MORAES, S. A.; ALMEIDA, T. P.; **A Universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos**. R. Katál., Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 536-547, set./dez. 2019 ISSN 1982-0259.

MARKOVICZ, A. **Gestão democrática: possibilidades e desafios**. PARANÁ (SDE). Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor. Vol. 1. PDE: Paraná, 2015.

MARTINS, A. C. P. **Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais**. Acta Cirúrgica Brasileira - Vol 17 (Suplemento 3) 2002.

MONTEIRO, J. O. **Que a universidade se pinte de povo**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 265-284, maio/ago. 2017

NETO, J. P. **Capitalismo e Reificação**. 2º Ed. São Paulo: ICP, 2015. 140 p.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17ª Ed. São Paulo: Cortez, 2015. 424 p.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2005.

PIRES, V. **Ensino Superior e o Neoliberalismo no Brasil: Um difícil combate**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 86, p. 263-268, abril 2004.

ROEDEL H.; MARTINS, I. F.; **Capitalismo e educação: novas conformações na passagem para o século XXI**. Espaço e Economia [Online], 13 | 2018, posto online no dia 16 dezembro 2018, consultado o 19 abril 2019.

TSE. **Emenda Constitucional nº 95 (EC 95) - Limite dos gastos públicos**. Disponível em <<https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de->

[contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/emenda-constitucional-no-95-ec-95-limite-dos-gastos-publicos](#)> Acesso em 12 de ago de 2022, 23:20.